

---

***Companhia de  
Desenvolvimento  
Econômico de Minas Gerais  
– Codemig***

***Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2021  
e relatório do auditor independente***





## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

---

Chamamos a atenção para a Nota 9 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém um elevado grau de dependência com parte relacionada que é sua principal fonte de recursos, mantém saldos com parte relacionada integrante do Governo do Estado de Minas Gerais em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira; cede em comodato não oneroso, imóvel de sua propriedade a entidades ligadas ao Governo do Estado de Minas Gerais e tem despesas administrativas e de estrutura assumidas por parte relacionada. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Companhia de Desenvolvimento Econômico de  
Minas Gerais - CODEMIG

## **Outros assuntos**

---

### **Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Companhia de Desenvolvimento Econômico de  
Minas Gerais - CODEMIG

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Companhia de Desenvolvimento Econômico de  
Minas Gerais - CODEMIG

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2022

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Campos e Silva  
Contador CRC 1SP218254/O-1

# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

## Relatório da administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

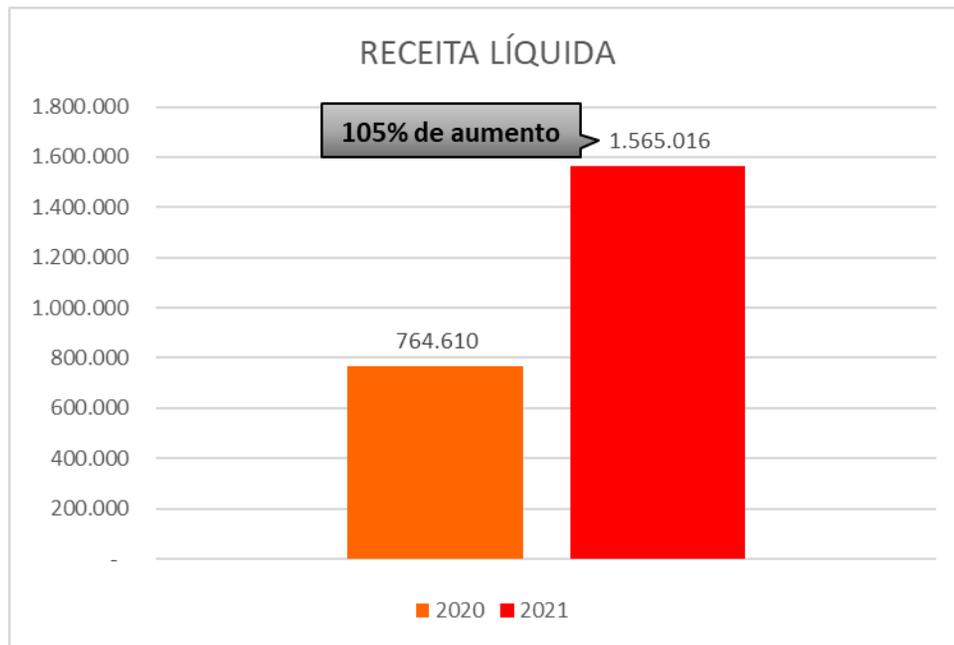
### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) obteve resultados significativos derivados da sua participação na Sociedade em Conta de Participação (SCP) com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) e superiores ao exercício anterior, em função do início da recuperação econômica e dos impactos da pandemia de covid-19 vivenciados em 2020. Atualmente, a Codemig tem como único negócio a exploração do nióbio, por meio da referida SCP com a CBMM. Em relação a sua estrutura societária, em 31 de dezembro de 2021, a Codemge detinha 51% das ações da Codemig, o que lhe permitiu dar continuidade às ações de desenvolvimento econômico existentes em Minas Gerais, anteriormente conduzidas diretamente pela Codemig. Por sua vez, o Estado de Minas Gerais detinha os 49% restantes, fazendo jus ao recebimento de dividendos, fundamentais no atual contexto fiscal e pandêmico desafiador.

### EVOLUÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Em **volume de desembolsos**, a Companhia distribuiu em dividendos e juros sobre capital próprio a seus acionistas, **R\$1,4 bilhões**, sendo R\$723 milhões a seu acionista majoritário, a Codemge, e R\$695 milhões ao Estado de Minas Gerais, seu outro acionista.

### RECEITA LÍQUIDA



A Codemig atingiu, em 2021, receita líquida de **R\$1,6 bilhões**. O aumento da receita da Codemig deve-se, principalmente, ao impacto positivo no resultado da SCP derivado do aumento em 40% no volume das vendas e de efeitos cambiais reflexos da pandemia de covid-19 no exercício anterior.

A receita líquida recebida em 2021 pela Codemig foi 105% maior do que a de 2020 — em números absolutos, foram recebidos em torno de R\$800 milhões a mais do que em 2020.

## Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

### Relatório da administração

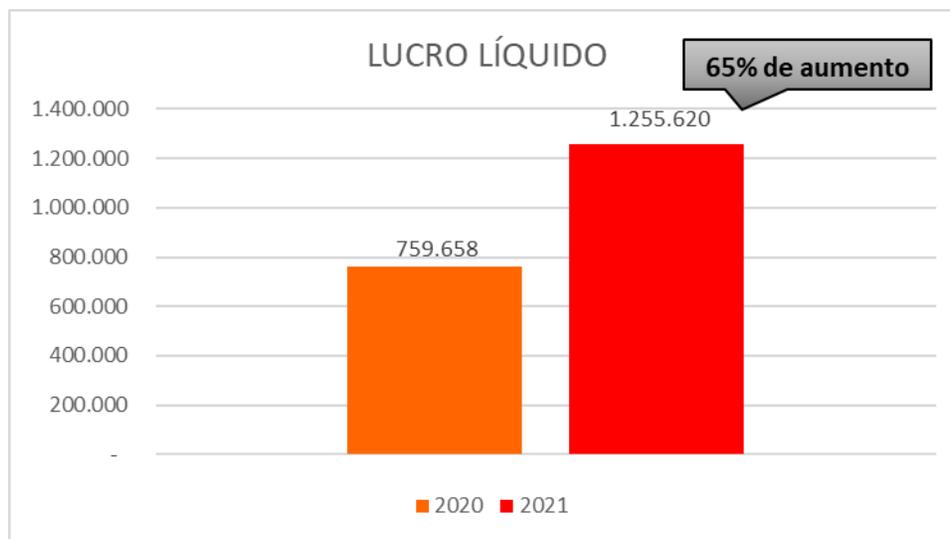
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Como imposto de renda da SCP devido à CBMM, ao fim do exercício de 2021, foram registrados R\$652 milhões, os quais foram repassados à CBMM em janeiro de 2022. O total da participação da Codemig no imposto de renda e na contribuição social da SCP nos resultados de 2021, considerando o valor pago em janeiro de 2022 e o montante de imposto antecipado durante o exercício, alcançou R\$769 milhões no ano.

### LUCRO LÍQUIDO



A Codemig aumentou seu resultado positivo em 2021, atingindo lucro líquido de **R\$1,3 bilhões**.

O principal motivo para o aumento de 65% do resultado de 2021, comparativamente a 2020, foi o aumento das receitas com o nióbio recebidas da SCP. Contudo, cabe ressaltar o aumento das despesas administrativas em R\$328 milhões, principalmente em função de eventos não recorrentes em 2021.

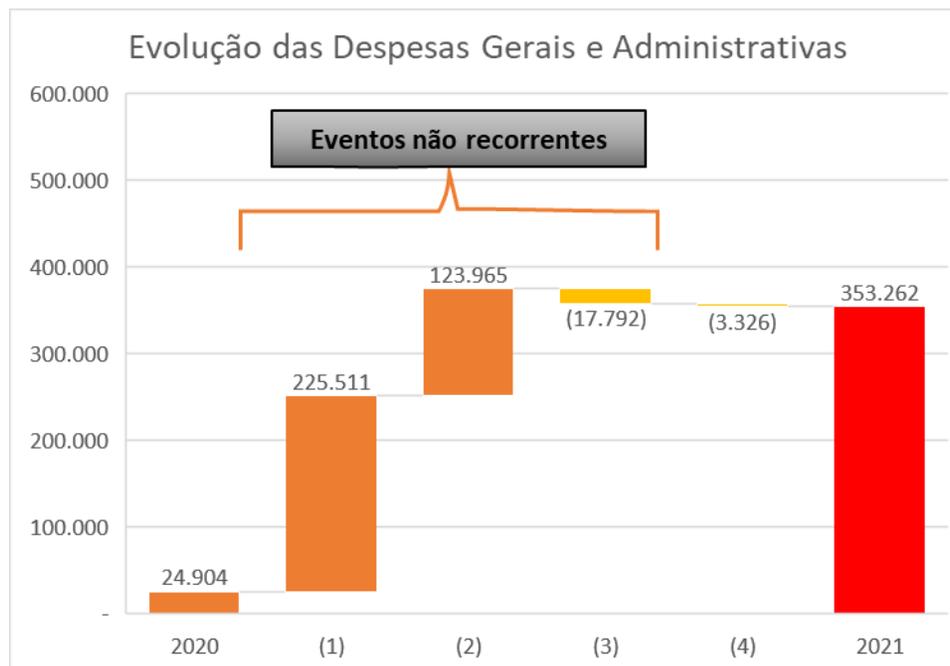
## Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

### Relatório da administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---



Para maior elucidação, o gráfico acima demonstra a evolução das despesas conforme seus respectivos eventos, sendo eles:

- (1) Provisão para adequação de valor recuperável de complexo de ativos da Companhia em MG;
- (2) Provisão para adequação de valor recuperável de terreno da Companhia em MG;
- (3) Reversão de provisão de contingências tributárias;
- (4) Outras despesas pulverizadas reduzidas em 2021.

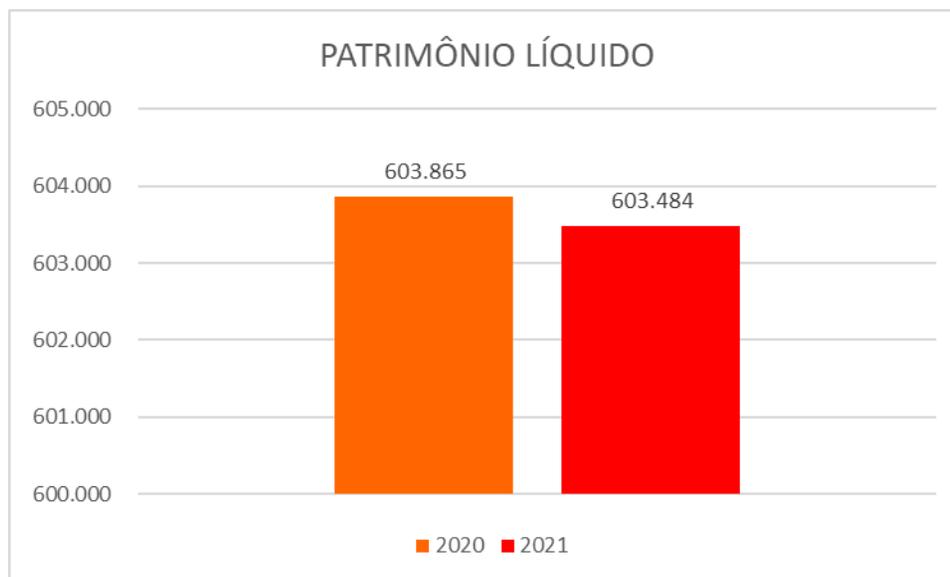
# Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

## Relatório da administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### PATRIMÔNIO LÍQUIDO



O **patrimônio líquido** da Codemig teve uma redução de R\$381 mil, derivada da distribuição de dividendos intermediários. Em relação ao resultado de 2021, foram distribuídos, por meio de dividendos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas, o montante de R\$1,2 bilhões. Até a emissão dessas demonstrações, a Companhia já havia pago a integralidade dos dividendos e juros sobre capital próprio deliberados sobre o exercício de 2021.

### EBITDA

|  | <b>2021</b>      | <b>2020</b>    |
|--|------------------|----------------|
| Lucro líquido do exercício             | 1.255.620        | 759.658        |
| (+) IR/CSLL sobre o lucro do exercício | -                | -              |
| (-) Resultado financeiro positivo      | (41.454)         | (17.929)       |
| (+) Depreciação e amortização          | 6.018            | 6.038          |
| EBTIDA - conforme ICVM 527             | <b>1.220.184</b> | <b>747.767</b> |

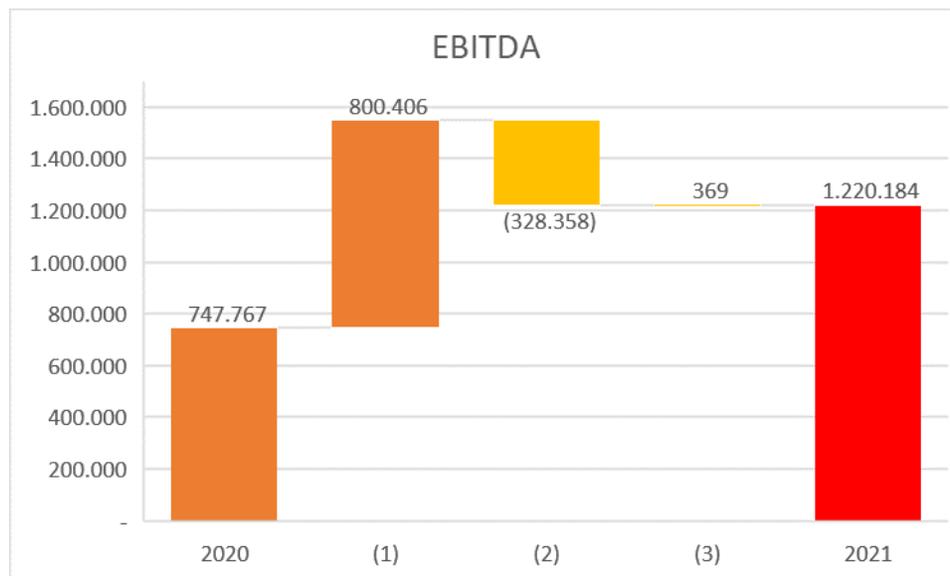
## Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

### Relatório da administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---



A variação positiva de 63% do EBITDA da Companhia, R\$472 milhões, decorre substancialmente de:

- (1) Aumento da receita líquida do exercício de 2021;
- (2) Aumento das despesas gerais e administrativas, principalmente em função de eventos não recorrentes ocorridos em 2021;
- (3) Outros fatores de resultado líquidos.

Outras informações gerenciais sobre o andamento da Companhia e da sua controladora (Codemge) durante o exercício de 2021 poderão ser verificados na publicação anual do Relatório de Gestão da Codemge 2021, que será divulgado na página eletrônica da empresa (<http://www.codemge.com.br/a-codemge/relatorio-de-gestao/>).

## Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

### Balço patrimonial Em 31 de dezembro Em milhares de reais

| Ativo                                | Notas | 2021      | 2020      | Passivo                               | Notas | 2021      | 2020      |
|--------------------------------------|-------|-----------|-----------|---------------------------------------|-------|-----------|-----------|
| Circulante                           |       |           |           | Circulante                            |       |           |           |
| Caixa e equivalentes de caixa        | 5     | 497.105   | 272.190   | Contas a pagar                        | 12    | 683.204   | 391.849   |
| Títulos e valores mobiliários        | 6     | 498.257   | 277.311   | Tributos a recolher                   |       | 1.182     | 86        |
| Contas a receber                     | 7     | 141.808   | 119.110   | Adiantamentos recebidos               | 14    | 30.942    | 7.019     |
| Dividendos a receber                 | 10    | 2.284     | 2.843     | Partes relacionadas                   | 9     | 662       | 691       |
| Impostos e contribuições a recuperar | 8     | 3.835     | 1.402     | Dividendos e JCP a pagar              | 13    | 61.987    | 225.046   |
| Partes relacionadas                  | 9     | 31.644    | 12.846    |                                       |       |           |           |
| Total do ativo circulante            |       | 1.174.933 | 685.702   | Total do passivo circulante           |       | 777.977   | 624.691   |
| Não circulante                       |       |           |           | Não circulante                        |       |           |           |
| Títulos e valores mobiliários        | 6     | 173.505   | 245.950   | Contas a pagar                        | 12    | 57.711    | 138.415   |
| Impostos e contribuições a recuperar | 8     | 8.991     | 10.836    | Adiantamentos recebidos               | 14    | 137.902   | 175.056   |
| Depósitos judiciais                  |       | -         | 24        | Provisão para contingências           | 15    | 39.580    | 52.077    |
| Partes relacionadas                  | 9     | 12.385    | 49.540    |                                       |       |           |           |
|                                      |       | 194.881   | 306.350   | Total do passivo não circulante       |       | 235.193   | 365.548   |
| Investimentos                        | 10    | 268       | 268       | Total passivo                         |       | 1.013.170 | 990.239   |
| Imobilizado                          | 11    | 246.554   | 601.766   | Patrimônio líquido                    | 16    |           |           |
| Intangível                           |       | 18        | 18        | Capital social                        |       | 10.260    | 10.260    |
|                                      |       | 246.840   | 602.052   | Reserva de capital                    |       | 591.170   | 591.170   |
| Total do ativo não circulante        |       | 441.721   | 908.402   | Reservas de lucro                     |       | 2.054     | 2.435     |
| Total do ativo                       |       | 1.616.654 | 1.594.104 | Total do patrimônio líquido           |       | 603.484   | 603.865   |
|                                      |       |           |           | Total do passivo e patrimônio líquido |       | 1.616.654 | 1.594.104 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

### Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

|  | <u>Notas</u> | <u>2021</u>      | <u>2020</u>     |
|--|--------------|------------------|-----------------|
| Receita líquida  | 17           | 1.565.016        | 764.610         |
| <b>Lucro bruto</b>   |              | <u>1.565.016</u> | <u>764.610</u>  |
| Receitas (despesas) operacionais   |              |                  |                 |
| Despesas gerais e administrativas  | 18           | (353.262)        | (24.904)        |
| Gastos com desenvolvimento   | 9            | (161)            | (177)           |
| Resultado com participações societárias  | 10           | 2.284            | 2.219           |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas  |              | <u>289</u>       | <u>(19)</u>     |
|  |              | <u>(350.850)</u> | <u>(22.881)</u> |
| <b>Lucro antes do resultado financeiro</b>   |              | <u>1.214.166</u> | <u>741.729</u>  |
| Receitas financeiras   | 19           | 46.072           | 24.042          |
| Despesas financeiras   | 19           | <u>(4.618)</u>   | <u>(6.113)</u>  |
| <b>Resultado financeiro</b>  |              | <u>41.454</u>    | <u>17.929</u>   |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>  |              | <u>1.255.620</u> | <u>759.658</u>  |
| <b>Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expressos em R\$ por ação)</b> |              |                  |                 |
| Lucro básico e diluído por ação  | 21           |                  |                 |
| Ordinárias   |              | -                | -               |
| Preferenciais  |              | <u>6.958,92</u>  | <u>4.415,86</u> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

### Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto o resultado abrangente por ação

---

|   | <u>2021</u>             | <u>2020</u>           |
|---|-------------------------|-----------------------|
| Lucro líquido do exercício                        | <u>1.255.620</u>        | <u>759.658</u>        |
| <b>Total do resultado abrangente do exercício</b> | <u><u>1.255.620</u></u> | <u><u>759.658</u></u> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

|   | Capital social | Reserva de capital | Reserva de lucros |                    | Lucros acumulados | Total do patrimônio líquido |
|---|----------------|--------------------|-------------------|--------------------|-------------------|-----------------------------|
|   |                |                    | Reserva legal     | Retenção de lucros |                   |                             |
| <b>Em 31 de dezembro de 2019</b>                  | 10.260         | 591.170            | 2.052             | 135.634            | -                 | 739.116                     |
| Lucro líquido do exercício                        | -              | -                  | -                 | -                  | 759.658           | 759.658                     |
| <b>Total do resultado abrangente do exercício</b> | -              | -                  | -                 | -                  | 759.658           | 759.658                     |
| Outras mutações no patrimônio líquido             |                |                    |                   |                    |                   |                             |
| Distribuição de dividendos                        | -              | -                  | -                 | (135.251)          | (759.658)         | (894.909)                   |
| <b>Em 31 de dezembro de 2020</b>                  | 10.260         | 591.170            | 2.052             | 383                | -                 | 603.865                     |
| <b>Em 31 de dezembro de 2020</b>                  | 10.260         | 591.170            | 2.052             | 383                | -                 | 603.865                     |
| Lucro líquido do exercício                        | -              | -                  | -                 | -                  | 1.255.620         | 1.255.620                   |
| <b>Total do resultado abrangente do exercício</b> | -              | -                  | -                 | -                  | 1.255.620         | 1.255.620                   |
| Outras mutações no patrimônio líquido             |                |                    |                   |                    |                   |                             |
| Distribuição de dividendos                        | -              | -                  | -                 | (381)              | (1.235.620)       | (1.236.001)                 |
| Distribuição de juros sobre o capital próprio     | -              | -                  | -                 | -                  | (20.000)          | (20.000)                    |
| <b>Em 31 de dezembro de 2021</b>                  | 10.260         | 591.170            | 2.052             | 2                  | -                 | 603.484                     |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

### Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

|   | <b>2021</b>        | <b>2020</b>      |
|---|--------------------|------------------|
| <b>Lucro líquido do período</b>   | <u>1.255.620</u>   | <u>759.658</u>   |
| <b>Ajuste de</b>  |                    |                  |
| Depreciação e amortização   | 6.018              | 6.038            |
| Registro de perda por redução ao valor recuperável de ativos                          | 349.194            | -                |
| Registro da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa                       | 2.148              | 676              |
| Reversão de provisão para contingências   | (319)              | -                |
| Receitas financeiras  | (26.871)           | (14.293)         |
| Despesas financeiras  | 4.162              | 5.922            |
| Perda na baixa de imobilizado e outros ativos   | -                  | 20               |
| Resultado com participações societárias   | (2.284)            | (2.219)          |
| Variações em provisões, benefícios e incentivos                                       | (9.079)            | 10.161           |
| <b>Ajustes de capital de giro</b>   |                    |                  |
| (Aumento) / redução de títulos e valores mobiliários para fins de negociação imediata | (128.639)          | 204.614          |
| Aumento no contas a receber   | (24.846)           | (5.405)          |
| Redução / (aumento) dos impostos e contribuições a recuperar                          | 1.286              | (1.634)          |
| Redução de depósitos judiciais  | 24                 | -                |
| Redução de créditos com partes relacionadas   | 18.328             | 26.047           |
| Aumento / (redução) no contas a pagar   | 203.792            | (46.770)         |
| Redução dos tributos a recolher   | (434)              | (97)             |
| Redução de adiantamento de clientes   | (13.231)           | (44.405)         |
| Dividendos recebidos  | 2.843              | -                |
| <b>Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais</b>                   | <u>1.637.712</u>   | <u>898.313</u>   |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>                                  |                    |                  |
| Aporte em títulos e valores mobiliários   | (277.137)          | (368.915)        |
| Resgate de títulos e valores mobiliários  | 281.870            | 222.164          |
| <b>Fluxo de caixa líquido originado / (aplicado) nas atividades de investimento</b>   | <u>4.733</u>       | <u>(146.751)</u> |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>                                 |                    |                  |
| Juros sobre capital próprio pagos, líquidos de IR                                     | (9.763)            | -                |
| Dividendos pagos  | (1.407.767)        | (722.921)        |
| <b>Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>                | <u>(1.417.530)</u> | <u>(722.921)</u> |
| <b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido</b>                              | <u>224.915</u>     | <u>28.641</u>    |
| Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro  | 272.190            | 243.549          |
| Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro                                       | 497.105            | 272.190          |
| <b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido</b>                              | <u>224.915</u>     | <u>28.641</u>    |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

### Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

|  | <u>2021</u>        | <u>2020</u>      |
|--|--------------------|------------------|
| <b>Receitas</b>  |                    |                  |
| Receita SCP  | 1.562.920          | 763.812          |
| Vendas brutas com arrendamentos e locações                                     | 2.310              | 879              |
| Perdas Esperadas para Crédito de Liquidação Duvidosa - reversão/(constituição) | <u>(2.148)</u>     | <u>(676)</u>     |
|  | <u>1.563.082</u>   | <u>764.015</u>   |
| <b>Insumos adquiridos de terceiros</b>   |                    |                  |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros                             | (8.325)            | (12.914)         |
| Perda de valores ativos  | (331.089)          | -                |
| Gastos com convênios   | (161)              | (177)            |
|  | <u>(339.575)</u>   | <u>(13.091)</u>  |
| <b>Valor adicionado bruto</b>  | 1.223.507          | 750.924          |
| Depreciação e amortização  | <u>(6.018)</u>     | <u>(6.038)</u>   |
| <b>Valor adicionado líquido produzido</b>                                      | <u>1.217.489</u>   | <u>744.886</u>   |
| <b>Valor adicionado recebido em transferência</b>                              |                    |                  |
| Participação nos lucros de coligada  | 2.284              | 2.219            |
| Receitas financeiras   | <u>48.325</u>      | <u>25.215</u>    |
| <b>Valor adicionado total a distribuir</b>                                     | <u>1.268.098</u>   | <u>772.320</u>   |
| <b>Distribuição do valor adicionado</b>  |                    |                  |
| Pessoal - remuneração direta   | (4.076)            | (4.076)          |
| Impostos, taxas e contribuições  | (4.218)            | (2.875)          |
| Federais   | (2.935)            | (1.667)          |
| Estaduais  | -                  | (1)              |
| Municipais   | (1.283)            | (1.207)          |
| Juros e variações cambiais   | (4.185)            | (5.711)          |
| Juros sobre capital próprio e dividendos                                       | <u>(1.255.619)</u> | <u>(759.658)</u> |
| <b>Valor adicionado distribuído</b>  | <u>(1.268.098)</u> | <u>(772.320)</u> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**1 Contexto operacional**

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG (“Companhia” ou “Codemig”) é uma entidade pública, com sede na cidade de Belo Horizonte, organizada sob a forma de sociedade por ações e controlada pela Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE (“Codemge”) e indiretamente pelo Governo do Estado de Minas Gerais (“Governo de MG”).

Em 2018, como resultado da Lei 22.828/18 que autoriza a venda de 49% do capital da Codemig, parte relevante de seu patrimônio foi cindido para uma empresa criada no próprio ato de cisão, a Codemge. Desde então, a Codemge assumiu a primazia do papel de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e a Codemig se restringiu a explorar sua participação no negócio de nióbio explorado em conjunto com a CBMM (vide nota 1 (b)) e outras poucas atividades derivadas do seu patrimônio residual.

A constitucionalidade e economicidade da cisão da Companhia estão sendo questionadas judicialmente pela sociedade civil e pelo Ministério Público de Minas Gerais (“MPMG”) e administrativamente pelo Ministério Público de Contas (“MPC”) junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (“TCE-MG”). O Estado de Minas Gerais também foi acionado em ambas esferas, judicial e administrativa, de forma que a condução dos casos é realizada pelo jurídico interno e em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (“AGE-MG”). A administração da Companhia monitora de perto o andamento de tais processos.

Em outubro de 2019, foi enviado pelo Governo de Minas à ALMG o PL 1.203/19 que autoriza a privatização e outras formas de desestatização da Companhia mediante i) alienação de ações de controle acionário, ii) abertura de capital, iii) aumento de capital com renúncia ou cessão, total ou parcial de direitos de subscrição, iv) alienação, arrendamento, locação, comodato ou cessão de bens e instalações, v) dissolução ou desativação parcial de seus empreendimentos, com a possibilidade de alienação de ativos, vi) extinção ou cisão, vii) concessão, parceria público-privada, permissão ou autorização de serviços públicos e viii) outros institutos legais que se fizerem necessários. Tal projeto também autoriza o Estado a aplicar os recursos advindos da alienação no pagamento do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos estaduais.

A administração da Companhia está acompanhando as movimentações que tramitam na ALMG do projeto de lei 1.203/19. O envolvimento da Companhia no andamento do mesmo é de esclarecimento de dúvidas que por ventura o legislativo venha a apresentar.

**(a) Objeto social**

A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais mediante a atuação, em caráter complementar, voltada para o investimento estratégico em atividades, setores e empresas que tenham grande potencial de assegurar de forma perene e ambientalmente sustentável, o aumento da renda e do bem-estar social e humano de todos os mineiros, especialmente nas áreas de: (i) mineração e metalurgia; (ii) energia, infraestrutura e logística; (iii) eletroeletrônica e de semicondutores e telecomunicações; (iv) aeroespacial, automotiva, química, de defesa e de segurança; (v) medicamentos e produtos do complexo de saúde; (vi) biotecnologia e meio ambiente; (vii) novos materiais, tecnologia de informação, ciência e sistemas da computação e software; e (viii) indústria criativa, esporte e turismo.

Visando atingir o seu objeto social, a Codemig está autorizada a atuar de forma à: (i) promover desapropriação, constituir servidão, adquirir, alienar, permutar, arrendar, locar, doar ou receber terrenos e imóveis, destinados à implantação de indústrias, empresas ou atividades correlacionadas a seu objeto; (ii) firmar contrato ou convênio de cooperação técnica e econômica; (iii) participar em empreendimento econômico com empresas estatais ou privadas, mediante contrato de parceria e subscrição do capital social; (iv) participar em instituições e fundos financeiros legalmente constituídos;

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2021**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

(v) adquirir, permutar, converter ou alienar valores mobiliários de qualquer natureza emitidos por empresas de capital público, misto ou privado, inclusive mediante utilização de debêntures ou outros instrumentos conversíveis ou não em participação societária; (vi) realizar a contratação ou a execução de projeto, obra, serviço ou empreendimento; (vii) realizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a exploração, a produção e a industrialização, o escoamento e qualquer forma de aproveitamento econômico de substância mineral ou hidromineral, direta ou indiretamente; (viii) realizar a implantação e a operação de área industrial planejada destinadas à instalação e ao funcionamento de indústrias, empresas, ou atividades correlacionadas, respeitando os planos diretores; (ix) participar em empresas privadas dos setores minero-siderúrgico e metalúrgico, com a qual mantenha parceria; (x) fomentar projetos nas áreas de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação; (xi) contratar parceria público-privada, observada a legislação pertinente.

Embora tais atividades estejam descritas em seu Estatuto Social, de acordo com a lei estadual 23.477/19, a Codemig, que possui objeto similar ao da Codemig, possui prioridade na execução das atividades elencadas acima, exceto por autorização legislativa e aprovação unânime dos acionistas da Companhia.

**(b) Sociedade em Conta de Participação com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM**

A Companhia apresenta como principal fonte de recursos a participação em uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP”) com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (“CBMM”) que visa explorar os direitos minerários detidos pela Companhia no município de Araxá – MG para exploração de nióbio.

Uma SCP é uma reunião de pessoas físicas ou jurídicas para a produção de um resultado comum, operando sob a responsabilidade integral de um “sócio ostensivo”, no caso, a CBMM. É o sócio ostensivo quem pratica todas as operações em nome da SCP, registrando-as contabilmente como se fossem suas, porém identificando-as para fins de partilha dos respectivos resultados. Os “sócios participantes” integrantes, que não o “sócio ostensivo”, não tem participação na gestão dos negócios da SCP, apenas nos resultados gerados, se obrigando somente perante ao sócio ostensivo. A SCP não adquire personalidade jurídica.

A Companhia, como “sócio participante”, reconhece 25% do resultado da SCP por equivalência patrimonial. Pelo fato das operações da SCP serem a principal fonte de recursos da Companhia, seus resultados são apresentados diretamente na receita líquida e, considerando que a periodicidade de distribuição dos resultados é contratualmente estabelecida para o início do mês subsequente à competência do resultado, a contrapartida se dá diretamente no contas a receber. Conforme definido em Escritura Pública, após a apuração do resultado contábil da SCP são feitos ajustes para determinação do montante que será recebido mensalmente pela Codemig como a distribuição de sua participação no resultado. Os ajustes realizados que impactarem a distribuição mensal dos resultados à Codemig são registrados como ativos ou passivos da Companhia contra a CBMM, conforme sua natureza.

Um relevante efeito patrimonial decorre da determinação de que a SCP distribua seus resultados sem considerar o impacto de imposto de renda e contribuição social registrados conforme a sua competência, mas sim conforme seu impacto de caixa (antecipações mensais). Dessa maneira a Codemig, usualmente, recebe da SCP mais recursos do que seu resultado contábil apurado. Conforme a Escritura Pública, a Codemig deverá devolver a parcela adicional recebida decorrente desses efeitos de tributação no momento em que a SCP é requerida a pagar os tributos sobre o lucro apurados no ajuste anual pelo lucro real (atualmente em janeiro do exercício subsequente à apuração). O saldo em aberto pode ser acompanhado na nota 12.

Como efeito da devolução de recursos recebidos da SCP que acima do seu resultado por competência - decorrentes do imposto de renda e contribuição social da SCP não antecipados - a Codemig resgatou

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

diversas aplicações para liquidar esse saldo de contas a pagar em aberto com a CBMM. Em janeiro de 2022 foram devolvidos à CBMM R\$651.810 para quitação do IR/CS da SCP de 2021 (R\$349.749 em janeiro 2021 referente ao IR/CS de 2020), conseqüentemente reduzindo seu caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de alta liquidez.

A Escritura Pública que estabelece a SCP com a CBMM também introduziu a criação da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA, para qual a Codemig e a CBMM arrendaram seus direitos minerários e cuja atividade única é a lavra do nióbio na região de Araxá/MG e a venda do minério extraído. De acordo com a Escritura Pública e com o Estatuto Social da COMIPA, sua atividade exploratória possui como única cliente a SCP, conduzida pela sócia ostensiva CBMM. A Escritura Pública é de 1972 e tem prazo de vigência contratual de 30 anos renováveis por outros 30.

**(c) Covid-19**

A pandemia de covid-19 não gerou impactos significativos na Codemig durante o exercício de 2021. Pelos resultados apurados, percebe-se uma recuperação do mercado de nióbio, considerando o incremento relevante do resultado da SCP com a CBMM.

**(d) Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão destas demonstrações financeiras da Codemig, foi aprovada pela administração da Companhia em 19 de abril de 2022.

**2 Base de preparação**

As demonstrações financeiras, aqui apresentadas, foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Dessa forma evidenciam todas as informações relevantes, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 2.4.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da mesma. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas notas 2.5 e 2.6.

A administração, durante o seu processo decisório e de análise da operação, não distingue os segmentos de negócio que compõem a Companhia considerando seu papel essencial como fomentador de atividades econômicas no Estado de Minas Gerais. Logo seus resultados operacionais não influenciam os recursos que serão alocados em cada segmento e sua avaliação de desempenho.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente e estão consistentes com o exercício comparativo apresentado.

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

**(a) Demonstração do valor adicionado**

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

**2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

As seguintes alterações de norma foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021:

- **Reforma da taxa de juros de referência (IBOR):** Fase 2: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 - "Instrumentos Financeiros", ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao IFRS 4/CPC 11 "Contratos de Seguros";
- **Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022.

As alterações mencionadas acima não geraram impactos materiais para a Companhia.

**2.2. Investimento**

**(a) Coligada**

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos da Companhia em sua coligada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da coligada.

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as práticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável, que por sua vez não foi identificada para os exercícios aqui apresentados.

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ao perder influência significativa sobre a coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

Nos exercícios apresentados a Companhia detinha participação no seguinte investimento:

| Coligada                                      | Principal atividade | % participação |      |
|---|---------------------|----------------|------|
|   |                     | 2021           | 2020 |
| COMIPA - Cia. De Mineração Pirocloro de Araxá | Mineração de nióbio | 51             | 51   |

### 2.3. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

### 2.4 Resumo das principais práticas contábeis

#### (a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Ativos e passivos financeiros

##### (i) Reconhecimento e mensuração

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Para todos os ativos financeiros que rendem juros a receita é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

**(ii) Classificação de ativos financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA ou Valor Justo por meio do Resultado – VJR.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

**(iii) Redução ao valor recuperável**

A Companhia aplica a abordagem simplificada para registrar provisões para perdas estimadas de crédito conforme estabelecido pelo IFRS 9 / CPC 48, permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes.

O monitoramento do risco de crédito dos clientes é efetuado trimestralmente considerando opinião de empresas especializadas sobre as áreas de atuação da Companhia, dados históricos e avaliação do desempenho financeiro de clientes, principalmente a SCP. Considerando a CBMM como seu principal cliente, ressalta-se que tal avaliação não registrou qualquer saldo de perdas esperadas do contas a receber junto a CBMM. Para outros clientes foi registrado um *impairment* de R\$ 2.148 no exercício de 2021 (R\$ 676 no exercício de 2020). Outros detalhes sobre o cálculo das estimativas estão na nota 2.6 (b) e na nota 7.

No que se refere ao caixa e equivalentes de caixa, também sujeitos aos requisitos de *impairment* do IFRS 9 / CPC 48, a perda de valor recuperável identificada foi imaterial.

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

**(c) Depósitos judiciais**

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente, atualizados monetariamente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura. Atualmente a Companhia não possui depósitos judiciais.

**(d) Contas a receber**

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidas por eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Os recebíveis da Companhia se resumem aos lucros da Sociedade em Conta de Participação e aos reembolsos de despesas da Codemig com o Centro Cultural Presidente Itamar Franco acordados na cessão não onerosa da Sala Minas Gerais realizada para o Instituto Cultural Filarmônica.

**(e) Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

|                           | <b>Anos</b> |
|---------------------------|-------------|
| Prédios e benfeitorias    | 78 anos     |
| Equipamentos operacionais | 5 a 10 anos |

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos em conformidade com a política da Companhia, e pode ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na vida útil do bem. Havendo alteração da vida útil, esta é ajustada de forma prospectiva. Não houve alteração da vida útil para o exercício de 2021.

**(f) Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo,

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Após avaliação pela administração, não foram identificados intangíveis com vida útil indefinida no patrimônio da Companhia.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

**(g) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A administração revisa o valor contábil líquido dos ativos em conformidade com a política da Companhia, podendo ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na sua mensuração. Anualmente é feita uma avaliação interna da Companhia, como determinado pela sua política, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia revisa o valor recuperável do ativo individual ou da unidade geradora de caixa que tal ativo faz parte, e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

**(i) Ativos imobilizados**

Os ativos imobilizados são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável periodicamente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor.

Considerando a Política de desestatização e a mudança da sua diretriz de negócios, a Companhia contratou empresas especializadas para realizar a avaliação dos seus ativos, o que resultou na constituição de provisão para perdas por redução ao valor recuperável.

Em 2021, foi registrado o valor de R\$ 349.194 classificado como provisão para perda por redução ao valor recuperável no grupo de “Despesas gerais e administrativas” (não houve provisão no exercício de 2020), vide notas 11 e 18.

**(h) Provisões**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**(i) Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios.

Para o reconhecimento da receita, a Companhia adotou os seguintes procedimentos:

- (a) identificação do contrato com o cliente;
- (b) identificação das obrigações de desempenho no contrato;
- (c) determinação do preço da transação;
- (d) alocação do preço da transação; e por fim,
- (e) reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

**(i) Participação na SCP com a CBMM**

A receita é reconhecida, conforme contrato firmado entre a Companhia e a CBMM, quando o direito da Companhia de receber o pagamento decorrente do lucro sobre a operação da SCP for mensurado e informado pela CBMM, sócia ostensiva da SCP, o que ocorre usualmente em bases mensais.

O contrato que constitui a SCP ainda determina que o pagamento dos tributos sobre o lucro ocorra apenas no momento da sua exigibilidade, que é pago em sua substancialidade pela CBMM em janeiro do exercício seguinte a sua apuração. A fim de fazer a representação fidedigna do resultado da SCP, os tributos sobre o lucro da SCP são reconhecidos no momento em que incorrem, e reduzem o valor da receita da SCP. Para conciliação da receita da SCP e seus tributos incidentes na SCP, vide nota 17.

**(ii) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2021**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

**(j) Tributos sobre a renda**

**(i) Imposto de renda e contribuição social**

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

**(ii) Tributos diferidos**

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributo diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data das demonstrações financeiras e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data das demonstrações financeiras e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

A Companhia, na revisão de seus ativos fiscais diferidos decorrentes de sucessivos prejuízos fiscais, entende que existem riscos relevantes de não materialização de um cenário de reversão da situação fiscal no curto prazo, de maneira que a administração não acredita que esse cenário se concretize. Por consequência, o ativo gerado de tal benefício fiscal não se encontra apresentado em suas demonstrações financeiras.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota dos tributos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas tributárias (e lei tributária) em vigor na data das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

**(k) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

**(l) Alteração de normas que ainda não estão em vigor**

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado"**: em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios"**: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.
- **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020**: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:
  - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
  - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
  - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
  - (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.
- **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis**: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

"materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

- **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

**(m) Arredondamento de valores**

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

**2.5 Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão demonstrados a seguir:

**(a) Taxas de vida útil do ativo imobilizado**

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens, apurada através de laudos emitidos por empresas contratadas ou por especialistas, que são revisados regularmente. A administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

**(b) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) dos ativos imobilizados**

O reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados está em consonância com a nota 2.4 (g).

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Os testes de valor recuperável dos ativos foram realizados por empresas especializadas considerando os métodos de comparação direta ou método evolutivo para determinação do valor justo líquido de despesa de venda, estando em linha com as normas aceitas.

**2.6 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos críticos e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Os principais julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis estão apresentados a seguir:

**(a) Tributos diferidos**

Tributo diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscais futuras.

Em 31 de dezembro de 2021, após apurar novo prejuízo fiscal, a Codemig conta com um prejuízo fiscal de R\$ 633.244 (R\$ 632.495 em 31 de dezembro de 2020) e base negativa acumulada de R\$ 639.711 (R\$ 638.963 em 31 de dezembro de 2020). Caso a Companhia tivesse uma expectativa de lucro fiscal nos exercícios futuros, um ativo diferido seria reconhecido na proporção de 34% do prejuízo fiscal acumulado na data do reconhecimento, limitado a 30% dos lucros fiscais esperados, conforme regra do benefício fiscal vigente.

Dessa maneira a administração julgou que tais ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos.

A ausência de expectativa de resultado tributável futuro deve-se ao fato de que a principal receita da Codemig é tributada no âmbito da SCP com a CBMM e, conseqüentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Companhia. No julgamento da administração, avaliando suas despesas tributáveis atuais, foram identificados riscos que não garantem uma expectativa de lucros tributáveis futuros.

**(b) Avaliação do risco de crédito da CBMM**

Baseado em relatório de especialistas de crédito, no histórico de 48 anos do contrato de SCP com a CBMM e no desempenho financeiro recente da SCP, a administração julgou que o risco de crédito do contas a receber é irrelevante e conseqüentemente, embora entenda que conceitualmente o saldo de *impairment* devesse apresentar uma perda estimada nos termos do IFRS 9 / CPC 48, a perda a ser registrada é imaterial no contexto destas demonstrações financeiras.

**3 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros**

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas suas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A Companhia não aplica recursos em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco elevado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros se equivalem aos valores contábeis dos mesmos.

Conforme descrito abaixo, a Companhia está exposta a riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações: risco de liquidez, risco de crédito (concentração) e risco cambial.

**(a) Risco de liquidez**

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

|                                  | <u>Menos de um ano</u> | <u>Entre um e dois anos</u> | <u>Entre dois e cinco anos</u> | <u>Acima de cinco anos</u> |
|----------------------------------|------------------------|-----------------------------|--------------------------------|----------------------------|
| <b>Em 31 de dezembro de 2021</b> |                        |                             |                                |                            |
| Contas a pagar                   | 683.204                | 26.776                      | 26.469                         | 4.466                      |
| Adiantamentos recebidos          | 30.942                 | 50.799                      | 74.186                         | 12.917                     |
| Dividendos a pagar               | 61.987                 | -                           | -                              | -                          |
| <b>Em 31 de dezembro de 2020</b> |                        |                             |                                |                            |
| Contas a pagar                   | 391.849                | 48.474                      | 68.581                         | 21.360                     |
| Adiantamentos recebidos          | 7.019                  | 12.385                      | 111.005                        | 51.666                     |
| Dividendos a pagar               | 225.046                | -                           | -                              | -                          |

**(b) Risco de crédito - concentração**

O risco de crédito está associado primariamente à operação da SCP em conjunto com a CBMM. A substancialidade dos recursos da Companhia é oriunda dessa operação e repassada pela CBMM, fato que gera um risco de concentração. Não há nenhum histórico de perdas registradas em contas a receber derivados dessa operação desde a constituição da Companhia.

Com relação ao caixa e equivalentes de caixa, os mesmos apresentam baixo risco de crédito, tendo em vista que a maioria das aplicações é de liquidez diária e estão distribuídas entre instituições bancárias e financeiras sólidas, no julgamento da administração da Companhia, sob a regra de 30% de concentração máxima de recursos em uma única instituição. A política de aplicação da Companhia considera os princípios da boa governança, com vistas a obter o melhor nível de retorno em operações de baixo risco, tendo em vista o perfil de investimento conservador da Companhia e sua necessidade de liquidez.

A qualidade do crédito das aplicações financeiras e das contas correntes classificadas como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito, conforme a seguir:

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2021**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Ratings Nacionais de Crédito de Longo Prazo (Rating Brazil National Scale LT)**

|  | <b>2021</b>      | <b>2020</b>    |
|--|------------------|----------------|
| <b>Depósitos bancários em contas correntes<br/>(Standard &amp; Poor's)</b> |                  |                |
| brAAA  | 366              | 1.241          |
| brAA+  | 6                | -              |
| <b>(Fitch Ratings)</b>   |                  |                |
| AA(bra)  | 190              | 171            |
| A(bra)   | 12               | -              |
| A-(bra)  | -                | 12             |
| Caixa  | 2                | 2              |
| <b>Total caixa e banco conta movimento</b>                                 | <b>576</b>       | <b>1.426</b>   |
| <b>Aplicações financeiras<br/>(Standard &amp; Poor's)</b>                  |                  |                |
| brAAA  | 435.729          | 167.382        |
| brAA+  | -                | 88.259         |
| brAA-  | -                | 6              |
| brA  | 19.835           | -              |
| brBBB+   | -                | 15.117         |
| <b>(Fitch Ratings)</b>   |                  |                |
| AAA(bra)   | 40.965           | -              |
| Demais aplicações (i)  | -                | -              |
| <b>Total certificados de depósitos bancários</b>                           | <b>496.529</b>   | <b>270.764</b> |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa - TOTAL</b>                               | <b>497.105</b>   | <b>272.190</b> |
| <b>Títulos e valores mobiliários<br/>(Standard &amp; Poor's)</b>           |                  |                |
| brAAA  | 541.132          | 345.500        |
| brAA+  | 75.635           | 59.924         |
| brA  | 20.395           | -              |
| brBBB+   | -                | 20.097         |
| <b>(Fitch Ratings)</b>   |                  |                |
| AAA(bra)   | 16.146           | 49.349         |
| AA+(bra)   | 5.075            | -              |
| AA(bra)  | -                | 4.970          |
| AA-(bra)   | -                | 31.059         |
| A(bra)   | 13.379           | -              |
| A-(bra)  | -                | 12.362         |
| <b>Títulos e valores mobiliários - TOTAL</b>                               | <b>671.762</b>   | <b>523.261</b> |
| <b>TOTAL</b>   | <b>1.168.867</b> | <b>795.451</b> |

**(c) Risco cambial**

A Companhia não possui operações, ativos ou passivos em moeda estrangeira, e por consequência, não está exposta ao câmbio e suas oscilações. A SCP, por sua vez, possui operações em moeda estrangeira e seus impactos de câmbio impactam a Companhia eventualmente através do reconhecimento da equivalência patrimonial. As regras de distribuição do resultado da SCP desconsideram o efeito de variação cambial não realizado.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(d) Análise de sensibilidade**

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. A taxa básica de juros, em 31 de dezembro de 2021, era de 9,25% a.a. Pela alta correlação do CDI com a taxa básica de juros, para efeitos dessa análise de sensibilidade, o mesmo foi considerado como 100% dessa taxa. Na taxa atual do IPCA, utilizamos o IPCA acumulado de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2021, ou seja, 10,06% a.a..

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos seus resultados para os próximos 12 meses, dos investimentos indexados ao CDI e ao IPCA, advindos de uma variação de 25% e 50% da variação esperada dos riscos pertinentes aos quais a Companhia está exposta.

|                        | <b>Saldo contábil</b> | <b>Nocional</b> | <b>Média ponderada do % dos indicadores da carteira atual</b> | <b>Taxa / cotação atual</b> | <b>Taxa / cotação esperada</b> |
|------------------------|-----------------------|-----------------|---|-----------------------------|--------------------------------|
| <b>Ativo</b>           |                       |                 |   |                             |                                |
| <b>Indexador CDI</b>   |                       |                 |   |                             |                                |
| Aplicações financeiras | 572.909               | 572.909         | 107%  | 9,25%                       | 11,48%                         |
| Letras financeiras     | 171.765               | 171.765         | 117%  | 9,25%                       | 11,48%                         |
| Debêntures             | 5.074                 | 5.074           | 117%  | 9,25%                       | 11,48%                         |
| <b>Indexador IPCA</b>  |                       |                 |   |                             |                                |
| Aplicações financeiras | 4.803                 | 4.803           | 100%  | 10,06%                      | 5,22%                          |
| Debêntures             | 11.806                | 11.806          | 100%  | 10,06%                      | 5,22%                          |
|                        | <b>Provável</b>       | <b>+25%</b>     | <b>+50%</b>   | <b>-25%</b>                 | <b>-50%</b>                    |
| <b>CDI</b>             |                       |                 |   |                             |                                |
| Aplicações financeiras | 70.626                | 88.283          | 105.939   | 52.970                      | 35.313                         |
| Letras financeiras     | 22.969                | 28.711          | 34.454  | 17.227                      | 11.485                         |
| Debêntures             | 681                   | 851             | 1.022   | 511                         | 341                            |
| <b>IPCA</b>            |                       |                 |   |                             |                                |
| Aplicações financeiras | 251                   | 314             | 377   | 188                         | 126                            |
| Debêntures             | 616                   | 770             | 924   | 462                         | 308                            |

**3.1 Estimativa do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

Assim, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo foram classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo foram observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração. Atualmente a Companhia não possui nenhum instrumento financeiro mensurado a valor justo nessa categoria.
- informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Abaixo os instrumentos financeiros mensurados a valor justo pela categoria nível 2:

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

|  | <u>2021</u>    | <u>2020</u>    |
|--|----------------|----------------|
| <b>Ativo</b>   |                |                |
| <b>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b> |                |                |
| Títulos e valores mobiliários                                  | 331.261        | 196.422        |
| <b>Total do ativo</b>  | <u>331.261</u> | <u>196.422</u> |

- informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Atualmente a Companhia não possui nenhum instrumento financeiro mensurado a valor justo nessa categoria.

**4 Instrumentos financeiros por categoria**

Classificação por categoria de ativos e passivos financeiros ao valor contábil:

|   | <u>2021</u>      | <u>2020</u>    |
|---|------------------|----------------|
| <b>Ativos</b>                                     |                  |                |
| <b>Custo amortizado</b>                           |                  |                |
| Caixa e equivalentes de caixa                     | 496.529          | 270.764        |
| Títulos e valores mobiliários                     | 340.501          | 326.839        |
| Contas a receber                                  | 141.808          | 119.110        |
| Dividendos a receber                              | 2.284            | 2.843          |
| Contas a receber com partes relacionadas          | 44.029           | 62.386         |
|   | <u>1.025.151</u> | <u>781.942</u> |
| <b>VJR</b>  |                  |                |
| Títulos e valores mobiliários                     | 331.261          | 196.422        |
|   | <u>331.261</u>   | <u>196.422</u> |
| <b>Total de instrumentos financeiros ativos</b>   | <u>1.356.412</u> | <u>978.364</u> |
| <b>Passivos</b>                                   |                  |                |
| <b>Custo amortizado</b>                           |                  |                |
| Contas a pagar                                    | 740.915          | 530.264        |
| Dividendos a pagar                                | 61.987           | 225.046        |
| Contas a pagar com partes relacionadas            | 662              | 691            |
| Adiantamentos e cauções recebidas                 | 168.844          | 182.075        |
| <b>Total de instrumentos financeiros passivos</b> | <u>972.408</u>   | <u>938.076</u> |

**5 Caixa e equivalentes de caixa**

|   | <u>2021</u>    | <u>2020</u>    |
|---|----------------|----------------|
| Caixa e bancos conta movimento            | 576            | 1.426          |
| Certificados de depósitos bancários – CDB | 496.529        | 270.764        |
|   | <u>497.105</u> | <u>272.190</u> |

Os CDBs da Companhia possuem taxa de remuneração média de 105,31% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) na data base destas demonstrações financeiras (95,28% em 31 de dezembro de 2020).

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**6 Títulos e valores mobiliários**

|                                   | <b>2021</b>    | <b>2020</b>    |
|-----------------------------------|----------------|----------------|
| Aplicações financeiras em CDB (i) | 67.804         | 88.636         |
| Fundos de investimento (ii)       | 331.261        | 196.422        |
| Letras financeiras (iii)          | 242.438        | 209.999        |
| Debêntures (iv)                   | 16.880         | 15.842         |
| DPGE (v)                          | 13.379         | 12.362         |
|                                   | <u>671.762</u> | <u>523.261</u> |
| Circulante                        | 498.257        | 277.311        |
| Não circulante                    | 173.505        | 245.950        |
|                                   | <u>671.762</u> | <u>523.261</u> |

- (i) Aplicações financeiras em CDB, que não possuem liquidez diária, com carência de 3 a 11 meses e taxa de remuneração média de 122,64% da taxa DI em 31 de dezembro de 2021 (123,99% em 31 de dezembro de 2020). A gestão de caixa da Companhia busca compatibilizar a sua necessidade de liquidez e as oportunidades de aplicações com maiores rendimentos.
- (ii) Os fundos de investimento da Companhia se constituem como parte de seus recursos disponíveis para tesouraria. Os fundos que a Companhia aplica seus recursos possuem liquidez diária, estão indexados à taxa DI e por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro não se classificam como equivalentes de caixa de acordo com as normas internacionais de contabilidade. A rentabilidade média acumulada dos últimos 12 meses obtida pelos fundos aplicados pela Companhia foi de 115,35% do CDI em 31 de dezembro de 2021 e para os fundos presentes na carteira da Companhia em 31 de dezembro de 2020 a rentabilidade foi de 87,18% do CDI.
- (iii) As letras financeiras aplicadas pela Companhia são remuneradas da seguinte maneira:

|            | <b>Intervalo de remuneração</b> |                     | <b>Saldos aplicados em</b> |                |
|------------|---------------------------------|---------------------|----------------------------|----------------|
|            | <b>2021</b>                     | <b>2020</b>         | <b>2021</b>                | <b>2020</b>    |
| CDI        | 109% e 162%                     | 105,8% e 162%       | 119.577                    | 93.273         |
| CDI +      | CDI+0,60 e CDI+1,80             | CDI+0,60 e CDI+1,80 | 52.188                     | 50.164         |
| Pré-fixado | 3,94% e 7,92%                   | 3,94% e 7,92%       | <u>70.673</u>              | <u>66.562</u>  |
|            |                                 |                     | <u>242.438</u>             | <u>209.999</u> |

- (iv) Foram aplicados R\$ 15.438 em debêntures da Copasa e Cemig em novembro de 2019 no mercado secundário com vencimento em julho de 2023 e fevereiro de 2025, respectivamente. Desse valor principal, R\$ 482 foram resgatados para complementar os juros da debenture, R\$ 111 da Copasa e R\$ 371 da Cemig, já que ainda não tinham completado o período, semestral e anual, no momento do resgate dos juros. As debêntures da Copasa (CSMGB3) pagam juros (117% DI) semestralmente, sempre em janeiro e julho, e começarão a amortizar o principal em janeiro de 2022. Já as debêntures da CEMIG (CMDT 33) pagam juros (IPCA+3,1%) anualmente, sempre em fevereiro, e começarão a amortizar o principal em fevereiro de 2022.
- (v) As aplicações em Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE foram no montante de R\$ 12.000, sendo três aplicações de R\$ 4.000 com carência para abril de 2022 e remunerações de CDI+0,75%, IPCA+3,17% e 120% do CDI.

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2021**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**7 Contas a receber**

As contas a receber da Companhia correspondem substancialmente aos valores a receber advindos do resultado da SCP dos últimos 30 dias à data de apresentação desta demonstração financeira. Considerando o recebimento mensal dos resultados da SCP, o saldo do contas a receber, se comparado com o exercício anterior, pode apresentar oscilações sem correlação à comparação das receitas entre os exercícios divulgados, uma vez que as bases temporais não são correlatas. Ademais, a Companhia registra mensalmente saldos a receber derivados de obrigações contratuais de reembolso de despesas operacionais da Sala Minas Gerais que encontra-se cedida em cessões não onerosa.

Os saldos estão apresentados a valores de realização vigentes na data das demonstrações financeiras.

|   | <u>2021</u>    | <u>2020</u>    |
|---|----------------|----------------|
| <u>Sociedade em Conta de Participação:</u>            |                |                |
| CBMM - Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração | 141.794        | 119.110        |
| <u>Outros contas a receber:</u>                       |                |                |
| Arrendamentos e recebíveis operacionais               | 2.838          | 676            |
| Demais contas   | <u>657</u>     | <u>657</u>     |
|   | <u>145.289</u> | <u>120.443</u> |
| Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa    | <u>(3.481)</u> | <u>(1.333)</u> |
|   | <u>141.808</u> | <u>119.110</u> |

A composição destes saldos por vencimento é como segue:

|                     | <u>2021</u>    | <u>2020</u>    |
|---------------------|----------------|----------------|
| A vencer            | 141.913        | 119.195        |
| Vencidos:           |                |                |
| Até 30 dias         | 101            | 84             |
| Entre 30 e 60 dias  | 7              | 79             |
| Entre 60 e 90 dias  | 278            | 428            |
| Entre 90 e 180 dias | 270            | -              |
| Há mais de 180 dias | <u>2.720</u>   | <u>657</u>     |
|                     | <u>145.289</u> | <u>120.443</u> |

O montante apresentado no saldo de contas a receber está relacionado substancialmente à participação da Companhia na SCP com a CBMM, que não apresenta qualquer histórico ou perspectiva de inadimplência ou perda.

Estão sendo constituídas perdas estimadas por créditos de liquidação duvidosa (PECLD) referente aos valores a receber do Instituto Cultural Filarmônica. O contrato com o instituto é de permissão de uso, indissociável ao Contrato de Gestão nº 06/20 da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, de forma não onerosa. Embora uma cessão não onerosa, este mesmo contrato determina que as despesas do equipamento pagas pela Codemig devem ser reembolsadas pelo permissionário.

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2021**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A movimentação das perdas estimadas de contas a receber está apresentada a seguir:

|               | <u>2021</u>           | <u>2020</u>           |
|---------------|-----------------------|-----------------------|
| Saldo inicial | (1.333)               | (657)                 |
| Constituição  | <u>(2.148)</u>        | <u>(676)</u>          |
| Saldo final   | <u><u>(3.481)</u></u> | <u><u>(1.333)</u></u> |

## **8 Impostos e contribuições a recuperar**

Corresponde substancialmente ao imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras da Companhia de 2021 e anos anteriores, e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social. Os valores retidos são realizados mediante a compensação dos impostos e contribuições federais a pagar da operação e pela restituição por parte da RFB.

|   | <u>2021</u>          | <u>2020</u>          |
|---|----------------------|----------------------|
| Imposto de renda                            | 12.393               | 11.989               |
| Contribuição social                         | 286                  | 102                  |
| Outros impostos e contribuições a recuperar | <u>147</u>           | <u>147</u>           |
|   | <u>12.826</u>        | <u>12.238</u>        |
| Circulante                                  | 3.835                | 1.402                |
| Não circulante                              | <u>8.991</u>         | <u>10.836</u>        |
|   | <u><u>12.826</u></u> | <u><u>12.238</u></u> |

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2021**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**9 Partes relacionadas**

**(a) Composição**

Os saldos e as transações da Companhia com partes relacionadas têm a seguinte composição:

|   | ATIVO   |         | PASSIVO |         | RECEITA   |           | DESPESA |         |
|---|---------|---------|---------|---------|-----------|-----------|---------|---------|
|   | 2021    | 2020    | 2021    | 2020    | 2021      | 2020      | 2021    | 2020    |
| <b>Grupo econômico</b>                    |         |         |         |         |           |           |         |         |
| CODEMGE                                   |         |         |         |         |           |           |         |         |
| <i>Circulante</i>                         |         |         |         |         |           |           |         |         |
| Contas a receber                          | 702     | 5.827   | -       | -       | -         | -         | -       | -       |
| Contas a pagar (i)                        | -       | -       | 662     | 691     | -         | -         | (4.076) | (4.076) |
| Adiantamentos recebidos (nota 14)(ii)     | 30.942  | 7.019   | -       | -       | -         | -         | -       | -       |
| <i>Não circulante</i>                     |         |         |         |         |           |           |         |         |
| Adiantamentos recebidos (nota 14)(ii)     | 12.385  | 49.540  | -       | -       | -         | -         | -       | -       |
| <b>Coligadas</b>                          |         |         |         |         |           |           |         |         |
| COMIPA                                    |         |         |         |         |           |           |         |         |
| <i>Circulante</i>                         |         |         |         |         |           |           |         |         |
| Receitas arrendamento                     | -       | -       | -       | -       | 4         | 4         | -       | -       |
| <b>Outros</b>                             |         |         |         |         |           |           |         |         |
| CBMM                                      |         |         |         |         |           |           |         |         |
| <i>Circulante</i>                         |         |         |         |         |           |           |         |         |
| Contas a receber / receita (notas 7 e 17) | 141.794 | 119.110 | -       | -       | 2.263.336 | 1.297.630 | -       | -       |
| Contas a pagar (nota 1(b) e 12)           | -       | -       | 683.196 | 391.848 | (700.416) | (533.818) | -       | -       |
| Adiantamentos recebidos (nota 14) (ii)    | -       | -       | 30.942  | 7.019   | -         | -         | -       | -       |
| <i>Não circulante</i>                     |         |         |         |         |           |           |         |         |
| Contas a pagar (nota 12)                  | -       | -       | 57.711  | 138.415 | -         | -         | -       | -       |
| Adiantamentos recebidos (nota 14) (ii)    | -       | -       | 137.902 | 175.056 | -         | -         | -       | -       |
| MGS                                       |         |         |         |         |           |           |         |         |
| <i>Circulante</i>                         |         |         |         |         |           |           |         |         |
| Serviços de apoio                         | -       | -       | -       | -       | -         | -         | (2.119) | (1.927) |
| <b>Convênios (nota 1(a))</b>              |         |         |         |         |           |           |         |         |
| Gastos com convênios (b)                  | -       | -       | -       | -       | -         | -         | (161)   | (177)   |

- (i) Refere-se, substancialmente, ao contrato de compartilhamento de custos. Além destas, existem receitas e despesas de operações da Codemge que, embora tenha ocorrido a cisão, ainda têm sido recebidas pela Codemig, ou vice-versa, e deverão ser ressarcidas pela parte da qual essa despesa se refere.
- (ii) Foi estabelecido nos atos societários da cisão, que o passivo de adiantamento de SCP naquela data seria vertido para a Codemge. O saldo em aberto na data da cisão correspondia ao saldo da primeira e da segunda operação de adiantamento, sendo que destas transações ainda restam R\$ 43.327 a vincular. Em decorrência da impossibilidade de transferência desses contratos de adiantamento, uma vez que fazem parte da estrutura negocial da Escritura Pública da SCP (nota 1(b)), foi registrado contas a receber de partes relacionadas com a Codemge, no mesmo valor e nas mesmas condições do passivo. Cabe ressaltar que a Codemig participou de novas operações de antecipação de receitas, nas quais a Codemge não possui qualquer obrigação de ressarcimento. Para outras informações sobre o adiantamento de receitas, vide nota 14.

**(b) Gastos com convênios**

A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, e nesse contexto, está autorizada a firmar contrato ou convênio de cooperação econômica ou técnica e vem atuando como agente fomentador de diversos projetos no Estado. Devido à cisão parcial da Companhia em 2018, houve transferência integral das obrigações legais e contratuais dos contratos de convênios para a Codemge, de modo que atualmente a Codemig só participa de um convênio com a Polícia Militar de Minas Gerais de apoio à segurança do seu imóvel no bairro Olhos D'Água em Belo Horizonte.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**(c) Concessão de direito de uso de imóveis a partes relacionadas**

A Companhia possui imóveis cedidos em comodato não oneroso a partes relacionadas (Codemge, empresas e entidades do Estado de Minas Gerais), vide nota 11.

**(d) Remuneração da administração**

A administração da Companhia é conduzida de forma integrada com a Codemge, dessa forma, os custos da estrutura bem como as despesas administrativas, exceto pela folha de pagamentos, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos pela Codemge.

Considerando que a administração da Codemig possui cargos administrativos na Codemge, todos os seus membros que participam da administração da Codemge abriram mão de seus recebimentos na Codemig, uma vez que pela Lei 13.303/16 é proibida a assunção de cargos remunerados em mais de um ente público.

As despesas com remuneração e encargos dos principais executivos e administradores da Companhia e da Codemge durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$ 7.004 e estão contabilizadas na Codemge (R\$ 6.261 em 31 de dezembro de 2020) e são cobradas da Companhia via Contrato de Compartilhamento de Despesas assinado entre Codemig e Codemge.

**10 Participações societárias**

A Companhia mantém um investimento em participação societária na Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá – Comipa. Esse investimento tem a finalidade de manutenção de esforços em conjunto com a CBMM para exploração e lavra de minérios de pirocloro na região de Araxá/MG. A Codemig possui um total de 208.059.600 ações integralizadas, sem valor nominal na Comipa, representando uma participação no capital social total de 50,99%. Conforme definições do Estatuto Social da Comipa, a Companhia entende que a CBMM é a sócia com capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida, uma vez que detém poder e controle sobre esta sendo assim considerada a sua controladora, em conformidade com as definições de controle do IFRS 10 / CPC 36 – Demonstrações Consolidadas.

| <u>Investimento</u> | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|---------------------|-------------|-------------|
| COMIPA              | 268         | 268         |
|                     | <u>268</u>  | <u>268</u>  |

Composição e movimentação do investimento em participação societária:

| <u>Investimento</u> | <u>Saldo em 31/12/2020</u> | <u>Resultado de equivalência patrimonial</u> | <u>Distribuição de dividendos</u> | <u>Saldo em 31/12/2021</u> |
|---------------------|----------------------------|--|-----------------------------------|----------------------------|
| COMIPA              | 268                        | 2.284  | (2.284)                           | 268                        |
|                     | <u>268</u>                 | <u>2.284</u>                                 | <u>(2.284)</u>                    | <u>268</u>                 |

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2021**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| <b>Investimento</b> | <b>Saldo em<br/>31/12/2019</b> | <b>Resultado de<br/>equivalência<br/>patrimonial</b> | <b>Distribuição de<br/>dividendos</b> | <b>Saldo em<br/>31/12/2020</b> |
|---------------------|--------------------------------|--|---------------------------------------|--------------------------------|
| COMIPA              | 268                            | 2.219  | (2.219)                               | 268                            |
|                     | <u>268</u>                     | <u>2.219</u>   | <u>(2.219)</u>                        | <u>268</u>                     |

Resumo dos saldos da investida em 31 de dezembro de 2021:

| <b>Investimento</b> | <b>Ativo circulante</b> | <b>Ativo não<br/>circulante</b> | <b>Passivo<br/>circulante</b> | <b>Passivo não<br/>circulante</b> | <b>Patrimônio<br/>líquido</b> |
|---------------------|-------------------------|---------------------------------|-------------------------------|-----------------------------------|-------------------------------|
| COMIPA              | 23.174                  | 5.330                           | 14.461                        | 13.517                            | 526                           |

| <b>Investimento</b> | <b>Receita Líquida</b> | <b>Lucro do<br/>período</b> | <b>Outros<br/>resultados<br/>abrangentes</b> | <b>Resultado<br/>abrangente total</b> |
|---------------------|------------------------|-----------------------------|--|---------------------------------------|
| COMIPA              | 82.380                 | 4.479                       | -  | 4.479                                 |

Abertura dos dividendos a receber:

| <b>Investimento</b> | <b>2021</b>  | <b>2020</b>  |
|---------------------|--------------|--------------|
| COMIPA              | 2.284        | 2.843        |
|                     | <u>2.284</u> | <u>2.843</u> |

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2021**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**11 Imobilizado**

O imobilizado da Companhia apresentou a seguinte movimentação:

|                                  | <b>Terrenos</b> | <b>Prédios e<br/>benfeitorias</b> | <b>Equipamentos<br/>operacionais</b> | <b>Total</b>   |
|----------------------------------|-----------------|-----------------------------------|--------------------------------------|----------------|
| <b>Em 31 de dezembro de 2019</b> |                 |                                   |                                      |                |
| Custo                            | 339.791         | 256.787                           | 22.678                               | 619.256        |
| Depreciação acumulada            | -               | (6.817)                           | (3.181)                              | (9.998)        |
| <i>Impairment</i>                | (1.435)         | -                                 |                                      | (1.435)        |
| <b>Saldo contábil, líquido</b>   | <b>338.356</b>  | <b>249.970</b>                    | <b>19.497</b>                        | <b>607.823</b> |
| Baixas                           | -               | -                                 | (22)                                 | (22)           |
| Depreciação - adições            | -               | (3.314)                           | (2.723)                              | (6.037)        |
| Depreciação - baixas             | -               | -                                 | 2                                    | 2              |
| <b>Em 31 de dezembro de 2020</b> | <b>338.356</b>  | <b>246.656</b>                    | <b>16.754</b>                        | <b>601.766</b> |
| Custo                            | 339.791         | 256.787                           | 22.656                               | 619.234        |
| Depreciação acumulada            | -               | (10.131)                          | (5.902)                              | (16.033)       |
| <i>Impairment</i>                | (1.435)         | -                                 | -                                    | (1.435)        |
| <b>Saldo contábil, líquido</b>   | <b>338.356</b>  | <b>246.656</b>                    | <b>16.754</b>                        | <b>601.766</b> |
| Aquisições                       | -               | -                                 | -                                    | -              |
| Baixas                           | -               | -                                 | -                                    | -              |
| Transferências                   | -               | -                                 | -                                    | -              |
| Depreciação - adições            | -               | (3.314)                           | (2.704)                              | (6.018)        |
| <i>Impairment</i>                | (217.255)       | (131.939)                         | -                                    | (349.194)      |
| <b>Em 31 de dezembro de 2021</b> | <b>121.101</b>  | <b>111.403</b>                    | <b>14.050</b>                        | <b>246.554</b> |
| Custo                            | 339.791         | 256.787                           | 22.656                               | 619.234        |
| Depreciação acumulada            | -               | (13.445)                          | (8.606)                              | (22.051)       |
| <i>Impairment</i>                | (218.690)       | (131.939)                         | -                                    | (350.629)      |
| <b>Saldo contábil, líquido</b>   | <b>121.101</b>  | <b>111.403</b>                    | <b>14.050</b>                        | <b>246.554</b> |

(a) O Centro Cultural Presidente Itamar Franco está parcialmente cedido em comodato não oneroso às partes relacionadas (Codemge e entidades controladas do Estado de Minas Gerais). O valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2021 da parte cedida em comodato não oneroso é de R\$ 190.000 (R\$ 431.194 em 31 de dezembro de 2020) e gerou uma despesa de depreciação até 31 de dezembro de 2021 de R\$ 5.960 (R\$ 5.998 em 31 de dezembro de 2020). Em 2020 foi assinado contrato entre a Secretaria de Estado Cultura e Turismo de Minas Gerais e o Instituto Cultural Filarmônica com o objetivo de estabelecer vínculo de cooperação entre as partes para realização da gestão operacional da Sala Minas Gerais, parte integrante do empreendimento, e nos mesmos moldes de cessão em comodato não oneroso à referida Secretaria. A situação de ambos ativos está condizente com o objeto social da Companhia (nota 1(a)), que é promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais.

Em 2021, devido a alteração do modelo de negócios da Companhia, foi realizada a contratação de empresa especializada para a realização da avaliação do empreendimento. A avaliação por meio do método evolutivo resultou em uma perda por impairment no valor de R\$225.511, sendo R\$132.221 para o prédio e R\$93.290 para o terreno. O valor foi registrado no grupo de “Despesas gerais e administrativas”.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(b) A Companhia é autora do processo de reintegração de posse da parcela de terreno de Olhos D'Água, equivalente a 28.500 m<sup>2</sup> e, no julgamento de seus advogados, são remotas as chances de perdas nesse processo.

Em 2019 foi elaborado laudo de avaliação do terreno no bairro Olhos D'Água, no qual foi registrada uma perda de R\$1.435. Em 2021, devido a alteração do modelo de negócios da Companhia, foram contratadas duas empresas especializadas para a realização da avaliação do terreno. A avaliação por meio do método comparativo direto de dados de mercado resultou em uma perda por impairment no valor de R\$123.965.

O valor da perda por redução ao valor recuperável total deste terreno registrado até 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 125.400 (R\$ 1.435 em 31 de dezembro de 2020).

**12 Contas a pagar**

A Companhia, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, recebe mensalmente os recursos oriundos da atividade da exploração do nióbio. Os impostos e demais passivos em aberto da SCP na data base dessas demonstrações são reconhecidos pela Companhia como contas a pagar, uma vez que serão compensados com resultados da SCP ou quitados junto à CBMM, quando da exigibilidade dos débitos. Uma menor parte são obrigações por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

A composição destas contas a pagar está demonstrada a seguir:

|  | <u>2021</u>    | <u>2020</u>    |
|--|----------------|----------------|
| Imposto de renda e contribuição social a pagar - SCP (i) | 657.629        | 358.408        |
| Valores a pagar SCP                                      | -              | 13.314         |
| Valores a ressarcir a SCP (ii)                           | 83.278         | 158.541        |
| Fornecedores nacionais                                   | <u>8</u>       | <u>1</u>       |
|  | <u>740.915</u> | <u>530.264</u> |
| Circulante   | 683.204        | 391.849        |
| Não circulante   | <u>57.711</u>  | <u>138.415</u> |
|  | <u>740.915</u> | <u>530.264</u> |

- (i) Correspondem aos saldos dos tributos da SCP não descontados do resultado distribuído e, portanto, devidos à CBMM. Os saldos são acumulados durante o exercício até o mês de dezembro e sua quitação ocorre sempre em janeiro do exercício subsequente, quando da apuração do lucro real da SCP e de sua quitação pela CBMM junto à Fazenda Federal.
- (ii) Com base em interpretação da Escritura Pública, foi acordado entre os sócios da SCP, através do 8º Termo de Acordo, que a Codemig deve participar dos custos financeiros de todas as operações de antecipação de receitas ou cambiais realizadas pela CBMM, em nome da SCP, na proporção de 25% conforme a Escritura Pública. Contudo, considerando o efeito exclusivamente econômico do seu registro na competência, foi acordado que as variações cambiais somente serão descontadas ou incrementadas nos recebíveis mensais decorrentes da participação da Codemig na SCP na data da vinculação dos cambiais à entrega da mercadoria ao mercado na moeda transacionada. Sendo assim, a Codemig para refletir o passivo ou ativo gerado dessa obrigação ou direito criado pelo acordo passou a registrar o ativo ou passivo derivado de sua participação nas variações cambiais dessas operações em seu balanço e os realiza no momento em que a dívida for amortizada pela

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2021**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CBMM, quando a variação cambial final da operação será deduzida ou incrementada na distribuição mensal de sua participação na SCP.

**13 Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar**

|   | <u>2021</u>   | <u>2020</u>    |
|---|---------------|----------------|
| Dividendos a pagar ao Estado de Minas Gerais                  | 26.107        | 110.273        |
| Juros sobre capital próprio a pagar ao Estado de Minas Gerais | 4.620         | -              |
| Dividendos a pagar à CODEMGE                                  | 27.173        | 114.773        |
| Juros sobre capital próprio a pagar à CODEMGE                 | 4.087         | -              |
|   | <u>61.987</u> | <u>225.046</u> |

**14 Adiantamentos recebidos**

|                                | <u>2021</u>    | <u>2020</u>    |
|--------------------------------|----------------|----------------|
| Adiantamento dos lucros da SCP | <u>168.844</u> | <u>182.075</u> |
|                                | <u>168.844</u> | <u>182.075</u> |
| Circulante                     | 30.942         | 7.019          |
| Não circulante                 | <u>137.902</u> | <u>175.056</u> |
|                                | <u>168.844</u> | <u>182.075</u> |

A Companhia, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, pode concordar em receber adiantamentos de seus lucros, atrelados à realização de operações de pré-pagamento de exportação e antecipações de contrato de exportação (“ACE”) da SCP. Dos adiantamentos em aberto, R\$ 43.327 foram recebidos em 2015, R\$ 48.017 em 2018 e R\$ 77.500 em 2019 e são vinculados a receitas futuras a serem concretizadas entre 2022 e 2027. Os adiantamentos são realizados em reais – moeda da Escritura Pública – e são cobrados no momento em que a SCP vincula o título de exportação, na moeda da operação, aos cambiais antecipados. Sua cobrança é por meio de redução na distribuição dos resultados da SCP e ocorre pelo valor nominal adiantado, em reais e sem qualquer ajuste ou efeito de carregamento.

Abertura dos adiantamentos por ano de vencimento:

|                       | <u>2021</u>    | <u>2020</u>    |
|-----------------------|----------------|----------------|
| Por ano de vencimento |                |                |
| 2021                  | -              | 7.019          |
| 2022                  | 30.942         | 12.385         |
| 2023                  | 50.799         | 56.362         |
| 2024                  | 22.520         | 28.810         |
| 2025                  | 25.833         | 25.833         |
| 2026                  | 25.833         | 25.833         |
| 2027                  | <u>12.917</u>  | <u>25.833</u>  |
|                       | <u>168.844</u> | <u>182.075</u> |

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

**15 Provisão para contingências**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As provisões para contingências contabilizados em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas a seguir:

|                           | <u>2021</u>   | <u>2020</u>   |
|---------------------------|---------------|---------------|
| Contingências cível       | 34.758        | 32.101        |
| Contingências tributárias | <u>4.822</u>  | <u>19.976</u> |
|                           | <u>39.580</u> | <u>52.077</u> |

A contingência cível, no valor de R\$34.758 (R\$32.101 em 31 de dezembro de 2020), decorre da obrigação de indenização pelo resgate de ações ocorrido na transformação da Codemig de sociedade de economia mista em empresa pública conforme definido na Assembleia Geral Extraordinária realizada em dezembro de 2010. Existe um vínculo do pagamento da maior parte da indenização com a solução de uma disputa judicial, que identificará quem é o ex-acionista a ser indenizado pela Companhia. Pela indefinição do real devedor e sua consequente inexigibilidade até a data de conclusão do processo, com o seu consecutivo trânsito em julgado, a Companhia considera tal indenização como uma contingência e a atualiza monetariamente.

Já a contingência tributária refere-se à provisão de tributos envolvendo os ativos da Companhia. Em razão de impedimentos regulamentares, a Companhia não consegue liquidá-los e, portanto, decidiu por provisionar tais tributos antes mesmo de ser cobrada pelas autoridades fiscais. Em abril de 2021, a Companhia obteve junto aos órgãos públicos uma base de cálculo do tributo inferior, de modo que o valor da provisão foi parcialmente revertido em R\$17.792.

Exceto pelas provisões mencionadas acima, todos os processos envolvendo a Companhia até a data da cisão, 31 de janeiro de 2018, foram assumidos pela Codemge, conforme Termo de Indenização e Outras Avenças assinado entre as partes.

**Perdas possíveis, não provisionadas no balanço**

Devido aos efeitos da cisão e do Termo de Indenização e Outras Avenças, a administração considera que, embora a Companhia esteja envolvida em processos relacionados a questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios anteriores à cisão, na data base dessas demonstrações financeiras há R\$ 109 em causas com probabilidade de desembolso futuro possível na Codemig (R\$ 94 em 31 de dezembro de 2020).

**Ações relevantes avaliadas com perda remota**

A constitucionalidade e economicidade da cisão da Companhia estão sendo questionadas judicialmente pela sociedade civil e pelo MPMG e administrativamente pelo MPC junto ao TCE-MG. O Estado de Minas Gerais também foi acionado em ambas esferas, judicial e administrativa, de forma que a condução dos casos é realizada pelo jurídico interno e em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (“AGE-MG”). A administração da Companhia monitora de perto o andamento de tais processos.

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

**16 Patrimônio líquido**

**(a) Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 10.260 (R\$ 10.260 em 31 de dezembro de 2020). Em janeiro de 2020 houve a conversão de 180.433 ações ordinárias da Companhia em ações preferenciais. Assim o capital social da Companhia passou a ser representado por 180.435 ações ordinárias e 180.433 ações preferenciais, sendo que a Codemge passou a deter 92.022 ações ordinárias e 92.021 ações preferenciais, enquanto que o acionista Estado de Minas Gerais passou a deter 88.413 ações ordinárias e 88.412 ações preferenciais.

**(b) Capital autorizado**

Conforme seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 2.500.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

**(c) Reserva de capital**

Em 31 de dezembro de 2021 a reserva de capital é de R\$ 591.170 (R\$ 591.170 em 31 de dezembro de 2020) e foi constituída integralmente por ágio na emissão de ações, na qual parte do preço da emissão das ações – que não tem valor nominal – ultrapassou a importância destinada à formação do capital social.

**(d) Reservas de lucro**

**(i) Reserva legal**

A constituição da reserva legal será realizada por meio da aplicação do percentual de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação e, conforme disposições legais, não excederá 20% do capital social. Ainda conforme a lei, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2021 a reserva legal da Companhia permanece no limite legal, e possui saldo de R\$ 2.052 (R\$ 2.052 em 31 de dezembro de 2020).

**(ii) Retenção de lucros**

Após a constituição da reserva legal, a proposição de dividendos mínimos e a compensação do saldo de prejuízos acumulados, a Companhia destina o saldo dos lucros acumulados à constituição da reserva de retenção de lucros (reserva de lucros para expansão) com o propósito de retenção de recursos na Companhia para subsidiar e atender aos projetos de investimento aprovados no Conselho de Administração que, alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, contribuem para o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais. O saldo das reservas de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 2 (R\$ 383 em 31 de dezembro de 2020).

**(e) Dividendos prioritários**

Em janeiro de 2020 os acionistas da Companhia alteraram a forma de distribuição de dividendos intercalares, por meio da realização de uma Assembleia Geral Extraordinária. Foram alterados os § 4º e 5º do art. 7º e do art. 10º do Estatuto Social, em que os dividendos preferenciais fixos deverão ser pagos às ações preferenciais no montante equivalente a 25% do resultado contábil apurado pela Sociedade em Conta de Participação com a CBMM, mediante deliberação da diretoria, sempre limitado ao montante de lucro distribuível apurado nos termos da legislação aplicável. A nova política de dividendos estabelece

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

que é assegurado às ações preferenciais o recebimento de dividendos prioritários, que, quando devidos, devem ser pagos em periodicidade mensal como dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação da Diretoria.

A diretoria aprovou em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2021 a distribuição de dividendos intermediários com base em saldo residual na reserva de lucros no valor total de R\$ 381. Tais dividendos foram pagos em março de 2021. Os dividendos preferenciais intercalares referentes ao resultado de 2021 apurado até 31 de outubro de 2021 foram mensurados em R\$ 1.182.340, deliberados pela diretoria e se encontravam quitados na data-base dessas demonstrações financeiras.

|   | <u>2021</u>   | <u>2020</u>    |
|---|---------------|----------------|
| Lucro líquido do período  | 1.255.620     | 759.658        |
| Reserva legal (5%)  | -             | -              |
| Lucro Líquido disponível para dividendos  | 1.255.620     | 759.658        |
| Resultado da sociedade em conta de participação do período (SCP) (25%)                                | 1.562.920     | 763.812        |
| <b>Base para dividendos fixos preferenciais (Receita da SCP limitada ao lucro líquido do período)</b> | 1.255.620     | 759.658        |
| Reserva de lucros distribuída às ações preferenciais  | 381           | 135.251        |
| Dividendos fixos preferenciais deliberados  | 1.182.340     | 534.611        |
| Juros sobre o capital próprio deliberados   | 20.000        | -              |
| Dividendos a deliberar  | <u>53.280</u> | <u>225.047</u> |

**(f) Juros sobre o capital próprio**

Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a distribuição de JCP aos seus acionistas no valor de R\$20.000, conforme deliberações em Reunião de Diretoria, amparados pelo art. 9º da Lei 9.249/1995 e art. 75 da IN 1.700/2017:

|   | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|---|-------------|-------------|
| Patrimônio Líquido                                      | 603.484     | 603.865     |
| Lucro Líquido do exercício                              | 1.255.620   | 759.658     |
| Saldo do Patrimônio Líquido limitado à variação da TJLP | 30.182      | -           |
| Saldo do limite de 50% dos lucros do exercício          | 579.553     | -           |
| <b>Juros sobre o capital próprio</b>                    | 20.000      | -           |

**17 Receita**

|                                      | <u>2021</u>             | <u>2020</u>           |
|--------------------------------------|-------------------------|-----------------------|
| Receita – SCP                        | 1.562.920               | 763.812               |
| Receita com arrendamentos e locações | <u>2.310</u>            | <u>879</u>            |
| Receita bruta                        | <u>1.565.230</u>        | <u>764.691</u>        |
| Impostos                             | <u>(214)</u>            | <u>(81)</u>           |
| <b>Receita líquida</b>               | <u><u>1.565.016</u></u> | <u><u>764.610</u></u> |

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Apresentamos a seguir a abertura do resultado da SCP e dos tributos sobre o lucro apurados:

|   | <b>2021</b>      | <b>2020</b>      |
|---|------------------|------------------|
| <b>Resultado da SCP</b>   |                  |                  |
| Receita bruta de vendas   | 11.509.777       | 7.042.612        |
| Devoluções, deduções de receita de vendas e ajustes de preço                      | (78.067)         | (67.186)         |
| <b>Receita líquida de vendas</b>  | 11.431.710       | 6.975.426        |
| Custo de vendas   | (1.644.185)      | (1.137.948)      |
| <b>Margem bruta nas vendas</b>  | 9.787.525        | 5.837.478        |
| Despesas estruturais  | (569.471)        | (1.436.044)      |
| Outras receitas operacionais  | 40.777           | 57.092           |
| <b>Lucro operacional</b>  | 9.258.831        | 4.458.526        |
| Resultado de cláusulas contratuais da SCP   | (205.486)        | 731.995          |
| <b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social - SCP</b>                | <u>9.053.345</u> | <u>5.190.521</u> |
| <b>Participação de 25% da Companhia</b>   | 2.263.336        | 1.297.630        |
| Variação cambial decorrente dos adiantamentos de exportações realizados pela CBMM | 75.262           | (103.199)        |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar - SCP (i)                          | (651.810)        | (349.749)        |
| Imposto de renda e contribuição social – antecipações a pagar (i)                 | (5.819)          | (8.659)          |
| Imposto de renda e contribuição social – antecipações mensais                     | (111.190)        | (67.987)         |
| Imposto de renda e contribuição social diferido                                   | (6.859)          | (5.168)          |
| Devolução IR/CS pago a maior referente ao exercício anterior                      | -                | 944              |
| <b>Receita – SCP</b>  | <u>1.562.920</u> | <u>763.812</u>   |

- (i) Considerando que a Companhia recebe os recursos oriundos do lucro antes do imposto de renda e contribuição social da SCP brutos e posteriormente repassa à CBMM os ajustes de apuração destes tributos, que correspondem à diferença entre apuração por estimativa e lucro real (vide notas 1 e 12).

**18 Despesas gerais e administrativas**

|  | <b>2021</b>      | <b>2020</b>     |
|--|------------------|-----------------|
| Despesas com pessoal (i)                             | (4.088)          | (4.094)         |
| Serviços de terceiros                                | (6.469)          | (7.895)         |
| Depreciação e amortização                            | (6.018)          | (6.038)         |
| Despesas tributárias                                 | (1.283)          | (1.207)         |
| Perda esperada de créditos de liquidação duvidosa    | (2.148)          | (676)           |
| Reversão / (Provisão) contingências tributárias (ii) | 15.938           | (4.994)         |
| Provisão adequação valor recuperável (iii)           | (349.194)        | -               |
|  | <u>(353.262)</u> | <u>(24.904)</u> |

- (i) Em fevereiro de 2018, após a cisão, Codemig e Codemge assinaram um contrato de serviços compartilhados determinando quanto do custo incorrido pela Codemge com seu pessoal próprio, integralmente transferido da cisão, seria cobrado da Codemig pela sua utilização compartilhada.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (ii) Em abril de 2021 o valor da provisão de contingência tributária de ativo da Companhia foi revertido em parte conforme recálculo da base do tributo, vide nota 15.
- (iii) No ano de 2021, as principais provisões constituídas referem-se ao *impairment* registrado para o Centro Cultural Presidente Itamar Franco no valor de R\$225.511 e para o terreno Olhos D'Água no valor de R\$123.965, vide nota 11.

**19 Resultado financeiro**

O resultado financeiro incorrido pela Companhia está substancialmente vinculado às oscilações dos saldos de suas aplicações financeiras, atualização monetária do saldo de tributos a recuperar e recebimentos da SCP em conjunto com a CBMM. As aplicações financeiras possuem como o benchmark o CDI e o IPCA, de modo que a flutuação de tais índices influencia diretamente nos montantes apropriados de receitas e despesas financeiras.

|  | <u>2021</u>          | <u>2020</u>          |
|--|----------------------|----------------------|
| <b>Receitas</b>                                    |                      |                      |
| Juros recebidos de aplicações financeiras          | 39.545               | 18.087               |
| Variação monetária ativa                           | 6.526                | 4.981                |
| Outras   | <u>1</u>             | <u>974</u>           |
|  | <u>46.072</u>        | <u>24.042</u>        |
| <b>Despesas</b>                                    |                      |                      |
| Perdas sobre aplicações e instrumentos financeiros | (424)                | (172)                |
| Variação monetária passiva                         | (3.760)              | (5.077)              |
| Outros   | <u>(434)</u>         | <u>(434)</u>         |
|  | <u>(4.618)</u>       | <u>(6.113)</u>       |
|  | <u><u>41.454</u></u> | <u><u>17.929</u></u> |

**20 Imposto de renda e contribuição social**

A Companhia é tributada com base no lucro real as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

|   | <u>Doze meses findos em</u> |                |
|---|-----------------------------|----------------|
|   | <u>2021</u>                 | <u>2020</u>    |
| <b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>        | 1.255.620                   | 759.658        |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)  | (426.911)                   | (258.284)      |
| Ajustes para apuração da alíquota efetiva:                          |                             |                |
| Exclusão permanente do resultado da SCP                             | 531.393                     | 259.696        |
| (Adições) / exclusões permanentes e temporárias, líquidas           | (104.224)                   | 1.053          |
| Ativo diferido não registrado                                       | <u>(258)</u>                | <u>(2.465)</u> |
| <b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas</b> | <u>-</u>                    | <u>-</u>       |
| <i>Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social</i>   | <i>0,00%</i>                | <i>0,00%</i>   |

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2021**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Em 31 de dezembro de 2021 a Codemig conta com um prejuízo fiscal acumulado de R\$ 633.244 (R\$ 632.495 em 31 de dezembro de 2020) e base negativa acumulada de R\$ 639.711 (R\$ 638.963 em 31 de dezembro de 2020).

A administração julgou que ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos considerando a ausência de expectativa de resultado tributável futuro, que deve-se ao fato de que a principal receita da Codemig é tributada no âmbito da SCP com a CBMM e, conseqüentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Companhia.

**21 Lucro por ação**

**Básico e diluído**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. A Companhia não efetuou compra de ações ordinárias ou preferenciais e nem mantém ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui nenhuma ação com potencial efeito diluidor.

|   | <u>2021</u>     | <u>2020</u>     |
|---|-----------------|-----------------|
| Lucro do período atribuível aos acionistas:                     |                 |                 |
| Ordinários  | 1.255.620       | 759.658         |
| Preferenciais   | -               | -               |
|   | 1.255.620       | 759.658         |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação    | 180.435         | 188.366         |
| Quantidade média ponderada de ações preferenciais em circulação | 180.433         | 172.029         |
|   | <u>360.868</u>  | <u>360.395</u>  |
| Lucro básico e diluído por ação ordinária (em reais)            | -               | -               |
| Lucro básico e diluído por ação preferencial (em reais)         | <u>6.958,92</u> | <u>4.415,86</u> |

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**22 Eventos subsequentes**

**(a) Dividendos e juros sobre capital próprio intercalares**

Em janeiro de 2022, foi realizada a distribuição de juros sobre capital próprio com base no resultado de dezembro de 2021, no montante acumulado de R\$9.428. A Codemig, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito à R\$4.808, enquanto o Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais, teve direito a R\$4.620.

Foram realizadas ainda distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio referentes ao resultado de janeiro e fevereiro de 2022. O valor de dividendos foi no montante de R\$263.161 (a Codemig, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito à R\$134.212, enquanto o Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais, teve direito à R\$128.949) e o de juros sobre capital próprio no montante de R\$6.000 (a Codemig, detentora de 92.021 ações preferenciais, teve direito à R\$3.060, enquanto o Estado de Minas Gerais, detentor de 88.412 ações preferenciais, teve direito à R\$2.940).

**(b) Antecipações de exportações contratadas pela CBMM**

Em janeiro de 2022 a Codemig recebeu adiantamentos dos lucros da SCP no valor total de R\$106.782. Esses adiantamentos serão amortizados à medida em que o resultado das vendas antecipadas pela CBMM for reconhecido nos resultados da SCP, conforme condições das operações financeiras contratadas pela CBMM. Abaixo, as condições de cada operação contratada:

| <u>Operação</u> | <u>Data operação</u> | <u>Parcela<br/>Codemig</u> | <u>Prazo</u> | <u>Forma de<br/>amortização</u> |
|-----------------|----------------------|----------------------------|--------------|---------------------------------|
| ACC 1           | 20/01/2022           | 17.797                     | 30/09/2022   | 1 parcela                       |
| ACC 2           | 20/01/2022           | 17.797                     | 31/10/2022   | 1 parcela                       |
| ACC 3           | 20/01/2022           | 17.797                     | 28/11/2022   | 1 parcela                       |
| ACC 4           | 20/01/2022           | 17.797                     | 28/12/2022   | 1 parcela                       |
| ACC 5           | 20/01/2022           | 17.797                     | 27/01/2023   | 1 parcela                       |
| ACC 6           | 20/01/2022           | 17.797                     | 27/02/2023   | 1 parcela                       |
|                 |                      | <u>106.782</u>             |              |                                 |

\* \* \*